

Abras quer acordo direto com governo

Os presidentes das confederações do Comércio e da Indústria, Antônio de Oliveira Santos e Albano Franco, não têm a vivência necessária no setor de abastecimento para conduzir entendimentos com o governo acerca do realinhamento de preços para o setor. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Carlos Paes Mendonça, que também queixou-se de que o governo não tem ouvido as sugestões dos empresários da indústria e do comércio ligados à área de abastecimento. De acordo com o presidente da Abras, o setor tem características muito peculiares e acaba sofrendo as consequências dos erros e confusões contidos nas novas tabelas de preços.

João Carlos Paes Mendonça disse ainda que os presidentes das Associações da Indústria de Óleos Vegetais, Alimentos, Produtos de Limpeza, Perfumaria, e de Leite e Derivados, reunidos na Abras, aprovaram a elaboração de documento contendo análise detalhada do setor e relacionando os problemas de cada segmento, a ser encaminhado ao governo. "Não queremos pressionar o governo

a conceder aumentos, porque queremos ganhar mais. Nossa intenção é mostrar a realidade do setor de abastecimento e procurar uma solução para o problema", afirmou Paes Mendonça, ressaltando que os empresários da indústria e do comércio estão apreensivos diante da forma com que o governo vem conduzindo o processo de realinhamento dos preços.

Essa preocupação, explicou, não se prende à questão da demora para se autorizar os reajustes, mas também às confusões que as novas tabelas têm provocado e aos índices incompatíveis com os aumentos verificados nos custos. Ressaltando ser "evidente" que com o realinhamento de preços haverá melhora no abastecimento.

Reafirmando que não são os supermercados que formam preços, mas apenas aplicam sobre o valor do produto sua margem de comercialização, Paes Mendonça foi enfático ao afirmar que seu setor deseja apenas manter a margem de lucro que sempre apresentou nos últimos oito ou dez anos, que é de 2% sobre o faturamento total, sem o que não terá condição de continuar operando.